— O direito ao silêncio, previsto no art. 5º, n. LXIII da Constituição, não importa em qualquer conclusão desfavorável à pessoa que invoca ou se vale da cláusula de tutela.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Habeas Corpus n. 78.814

Despacho do presidente

Proced.: PARANÁ

Relator: MINISTRO CELSO DE MELLO (PRESIDENTE)

Pacte.: ARATI CAFIERO DE TOLEDO

Impte.: MARIA HELENA KUSS

Coator: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO: A alegada iminência do ato processual de interrogatório judicial *não constitui*, só por si, situação caracterizadora de constrangimento ao *status libertatis* do réu.

É que, não obstante o interrogatório possa qualificar-se como meio de prova, “*não se pode ignorar que é ele, também, ato de defesa, pois não há dúvida de que o réu pode dele valer-se para se defender da acusação (...), dando a sua versão dos fatos...*” (Júlio Fabbrini Mirabete, “*Processo Penal*”, p. 275, 4ª ed., 1995, Atlas).

Esse entendimento — que se apóia em *autorizado* magistério doutrinário (Fernando da Costa Tourinho Filho, “*Processo Penal*”, vol. 3/241, item n. 1, 11ª ed., 1989, Saraiva; Magalhães Noronha, “*Curso de Direito Processual Penal*”, p. 108, item n. 63, 19ª ed., 1989,

Saraiva; Paulo Lúcio Nogueira, “*Curso Completo de Processo Penal*”, p. 168, item n. 6, 9ª ed., 1995, Saraiva; Vicente Greco Filho, “*Manual de Processo Penal*”, p. 200, item n. 46, 1991, Saraiva) — *justifica*, no caso presente, o *indeferimento* do pedido de medida liminar.

2. *Nem se alegue*, de outro lado, *considerada* a relevantíssima circunstância de que a impetração *não* atribui à denúncia o vício da inépcia, que a realização do interrogatório judicial *poderia* comprometer o exercício, pelo ora paciente, de seu direito à auto-defesa.

Não se pode perder de perspectiva, *neste ponto*, que a nova Constituição da República, ao delinear o *estatuto das liberdades públicas* referente às pessoas *sujeitas* à ação persecutória do Estado, outorgou-lhes *prerrogativa*

de inquestionável importância, consistente no reconhecimento do *direito de permanecer em silêncio*, qualquer que seja a autoridade estatal perante a qual devam comparecer.

Trata-se de direito público subjetivo, revestido de expressiva significação político-jurídica, que impõe limites bem definidos à própria atividade persecutória exercida pelo Estado. Essa prerrogativa jurídica, na realidade, institui um *círculo de imunidade* que confere, tanto ao indiciado quanto ao próprio acusado, proteção efetiva contra a ação eventualmente arbitrária do poder estatal e de seus agentes oficiais.

O interrogatório judicial, para ser *validamente* efetivado, deve ser precedido da regular cientificação dirigida ao réu de que *este tem o direito de permanecer em silêncio*, não estando obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas e nem podendo resultar-lhe, do exercício legítimo dessa prerrogativa, qualquer restrição de ordem jurídica no plano da persecução penal contra ele instaurada.

O *privilegio contra a auto-incriminação* traduz direito público subjetivo, de estatura constitucional, assegurado a *qualquer* indiciado ou imputado pelo art. 5º, inciso LXIII, da nossa Carta Política. Convém enfatizar, neste ponto, que, “*Embora aludindo ao preso, a interpretação da regra constitucional deve ser no sentido de que a garantia abrange toda e qualquer pessoa, pois, diante da presunção de inocência, que também constitui garantia fundamental do cidadão (...), a prova da culpabilidade incumbe exclusivamente à acusação*” (ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO, “*Direito à Prova no Processo Penal*”, p. 113, item n. 7, 1997, RT — grifei).

Com o explícito reconhecimento dessa prerrogativa, *constitucionalizou-se* uma das mais expressivas consequências derivadas da cláusula do *due process of law*.

Qualquer pessoa que sofra investigações penais ou que ostente, em juízo criminal, a condição jurídica de acusado *possui*, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o *direito de permanecer em silêncio*, consoante reconhece a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

(RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse direito é *plenamente* oponível ao Estado e aos seus agentes. Atua como poderoso fator de limitação das próprias atividades persecutórias desenvolvidas, *na esfera penal*, pelo Poder Público (Polícia Judiciária, Ministério Público, Juízes e Tribunais).

Cabe registrar que a cláusula legitimadora do *direito ao silêncio*, ao explicitar, *agora em sede constitucional*, o postulado segundo o qual *Nemo tenetur se detegere*, nada mais fez senão consagrar, desta vez no âmbito do sistema normativo instaurado pela Carta da República de 1988, diretriz fundamental proclamada, *desde 1791*, pela *Quinta Emenda* que compõe o *Bill of Rights* norte-americano.

Na realidade, *ninguém* pode ser *constrangido* a confessar a prática de um ilícito penal. Trata-se de *prerrogativa*, que, no *autorizado* magistério de Antônio Magalhães Gomes Filho (“*Direito à Prova no Processo Penal*”, p. 111, item n. 7, 1997, RT), “*constitui uma decorrência natural do próprio modelo processual paritário, no qual seria inconcebível que uma das partes pudesse compelir o adversário a apresentar provas decisivas em seu próprio prejuízo...*”.

O *direito de o indiciado/acusado permanecer em silêncio* — consoante proclamou a Suprema Corte dos Estados Unidos da América, em *Escobedo v. Illinois* (1964) e, *de maneira mais incisiva*, em *Miranda v. Arizona* (1966) — insere-se no alcance concreto da cláusula constitucional do devido processo legal. E esse *direito ao silêncio* inclui, até mesmo por implicitude, a prerrogativa processual de o indiciado ou réu negar, *ainda que falsamente*, perante a autoridade policial ou judiciária, a prática da infração penal que lhe foi imputada.

É por essa razão que o *Pleno do Supremo Tribunal Federal*, ao julgar o HC nº 68.742-DF, Rel. p/ o acórdão Min. ILMAR GALVÃO (DJU de 02/04/93), *proclamou* que o réu, ainda que negando *falsamente* a prática do delito, *não pode*, em virtude do princípio constitucional que protege *qualquer* acusado ou indiciado contra a auto-incriminação, sofrer, em função do legítimo exercício desse

direito, restrições que afetem o seu *status poe-nalis*.

Esta Suprema Corte, fiel aos postulados constitucionais que expressivamente delimitam o círculo de atuação das instituições estatais, em sede de repressão criminal, enfatizou que qualquer indivíduo submetido a procedimentos investigatórios ou a processos judiciais de natureza penal “tem, dentre as várias prerrogativas que lhe são constitucionalmente asseguradas, o direito de permanecer calado. Nemo tenetur se detegere. Ninguém pode ser constrangido a confessar a prática de um ilícito penal” (RTJ 141/512, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Em suma: o direito ao silêncio constitui prerrogativa individual que *não pode* ser desconsiderada por *qualquer* dos Poderes da República, *notadamente* por seus juízes e Tribunais.

Cabe enfatizar, por necessário — e como natural *decorrência* dessa insuprimível prerrogativa constitucional — que *nenhuma* conclusão desfavorável à situação jurídica da pessoa que invoca essa *cláusula de tutela* pode ser extraída de sua válida e legítima *opção pelo silêncio*. Daí a grave — e *corretíssima* — advertência de ROGÉRIO LAURIA TUCI (“Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro”, p. 396, 1993, Sarai-va), para quem o *direito de permanecer cala-*

do “não pode importar desfavorecimento do imputado, até mesmo porque consistiria inominado absurdo entender-se que o exercício de um direito, expresso na Lei das Leis como fundamental do indivíduo, possa acarretar-lhe qualquer desvantagem”.

Esse mesmo entendimento é perfilhado por Antônio Magalhães Gomes Filho (“Direito à Prova no Processo Penal”, p. 113, item n. 7, nota de rodapé n. 67, 1997, RT), que *repele*, por incompatíveis com o novo sistema constitucional, quaisquer disposições legais que autorizem inferir, do exercício do direito ao silêncio, *inaceitáveis* consequências prejudiciais à defesa e aos interesses do réu, como a *advertência* a que alude o art. 186 do CPP.

Tenho para mim, portanto, ao menos nesta instância de mera delibação, presentes as razões expostas, que *inocorre*, na espécie ora em exame, qualquer situação que possa justificar a pretendida concessão da medida liminar.

Indefiro, desse modo, o pedido liminar de “suspensão do interrogatório do paciente” (fls. 02).

3. *Requisitem-se* informações ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, *encaminhando-se-lhe* cópia da presente decisão.

Publique-se.

Brasília, 01 de fevereiro de 1999.

Ministro CELSO DE MELLO, Presidente